

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Carlos Eleonay Meirelles Garcia

DIMENSÕES POLÍTICAS E ECONÔMICAS DA IDEOLOGIA PÓS-MODERNA

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso). Orientador: Prof. Dr. Luiz Antônio da Silva Peixoto.

Juiz de Fora

2018

**DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA
E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO**

Eu, **Carlos Eleonay Meirelles Garcia**, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 201672128A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **Dimensões políticas e econômicas da ideologia pós-moderna**, desenvolvido durante o período de fevereiro de 2018 a julho de 2018, sob a orientação do professor doutor Luiz Antônio da Silva Peixoto, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, ____ de _____ de _____.

Carlos Eleonay M. Garcia

Marcar abaixo, caso se aplique:

Solicito aguardar o período de () 1 ano, ou () 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

OBSERVAÇÃO: esta declaração deve ser preenchida, impressa e **assinada** pelo aluno autor do TCC e inserido após a capa da versão final impressa do TCC a ser entregue na Coordenação do Bacharelado Interdisciplinar de Ciências Humanas.

DIMENSÕES POLÍTICAS E ECONÔMICAS DA IDEOLOGIA PÓS-MODERNA

Carlos Eleonay M. Garcia¹

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é a análise e interpretação das condições políticas e econômicas estabelecidas entre as décadas de 1950 e 1970, buscando relacionar essas determinações sociais ao pensamento pós-moderno. A importância dessa pesquisa pode ser estabelecida pelo quadro contemporâneo dicotômico traçado pelo anseio pós-moderno de liberdade e reconhecimento individuais e autorreferentes, a partir do desenvolvimento técnico, tecnológico, e dos mecanismos de produção e circulação das mercadorias, em meio uma ordem capitalista cada vez mais mediada, relacional e reificada, onde tal anseio venha a se saciar dentro da própria lógica estabelecida, como pelo mercado de consumo. Buscaremos analisar, também, como o pensamento pós-moderno, em sua contradição, reafirma, em muitos discursos, o que busca negar, e se equivoca na análise sobre uma nova condição de estrutura social, ao elencar, por fenômenos, o surgimento de uma nova sociedade, que, em revés, mantém a mesma lógica produtiva por gênese, o capitalismo, concluindo que tal concepção carrega aspectos ideológicos particularistas à compreensão estrutural da realidade social. A divisão de nosso trabalho pode ser estabelecida, em síntese, pela (1) introdução histórica, pelo (2) desenvolvimento a partir do eixo (2.1) político, (2.2) econômico, e (2.3) ideológico, concluindo com as (3) limitações do pós-modernismo.

PALAVRAS-CHAVE: Crise da modernidade; pós-modernismo; ideologia; neoliberalismo.

"Quando enfrentam o que seu passado não as preparou para enfrentar, as pessoas tateiam em busca de palavras para dar nome ao desconhecido, mesmo quando não podem defini-lo nem entendê-lo. Em determinado ponto do terceiro quartel do século, podemos ver esse processo em andamento entre os intelectuais do Ocidente. A palavra-chave era a pequena preposição "após", geralmente usada na forma latinizada "pós" ou "post" como prefixo para qualquer dos inúmeros termos que durante algumas gerações foram usados para assinalar o território mental da vida no século XX. O mundo, ou seus aspectos relevantes, tornou-se pós-industrial, pós-imperial, pós-moderno, pós-estruturalista, pós-marxista, pós-Gutenberg, qualquer coisa. Como os funerais, esses prefixos tomaram conhecimento oficial da morte sem implicar qualquer consenso, ou na verdade certeza, sobre a natureza da vida após a morte." (Hobsbawm, Eric. Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991. Companhia das Letras, 1995)

1. INTRODUÇÃO

Ao término da Segunda Guerra, a expectativa de paz mundial, tendo em vista a queda da ameaça nazista, se chocou ante um conflito velado, mas gritante. A vitória dos Aliados e sua ode às democracias liberais não ofuscaram a ascensão da União Soviética, pertencente ao núcleo, mas organizada enquanto um estado socialista. A centralidade do Exército Vermelho para a vitória sobre o Reich (HOBSBAWM, 1995, p. 71) demonstrou um poderio militar real da U.R.S.S., o qual, apesar da precariedade material pelo pós-guerra, a colocou como um paradigma ideológico para a disputa política e econômica do mundo (HOBSBAWM, p. 178 e 182).

Em meio ao surgimento do processo caracterizado como Guerra-Fria, o Plano Marshall pôs em prática, antes, a recuperação do dólar, em um mecanismo de empréstimo de capital, pelos E.U.A., à

¹ Graduando em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: carloleonay@hotmail.com. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientador: Prof. Dr. Luiz Antônio da Silva Peixoto.

Europa, e em outros planos ao Japão (HOBSBAWM, p. 189). Previamente assolado pela crise de 1929, o capitalismo norte-americano se encontrou 18 anos depois restaurado pela guerra que dizimou a Europa, demonstrando maior força sobre sua recuperação do que sobre se evitar uma outra guerra (HOBSBAWM, p. 181). O processo fortaleceu o capitalismo a nível internacional, em uma real recuperação europeia, em meio à grande circulação do capital num mercado "esvaziado" pela intensa queima de capitais na Segunda Guerra Mundial (HOBSBAWM, p. 214-216; HARVEY, 2008, p. 131), superando até o desenvolvimento econômico estadunidense (HOBSBAWM, p. 202-203). Esse processo também sedimentou a ideia de recuperação de um "projeto iluminista", formulado no pós-guerra sobre as transformações arquitetônicas (HARVEY, p. 72); HOBSBAWM, p. 265), enquanto uma reconstrução do mundo, forjando um processo totalizante de projeto sócio-político emanado pelos países capitalistas.

Essa condição de estabilidade do capital internacional configurou alta nas taxas de emprego, seguridade social, e controle estatal da relação entre capital e trabalho, fortalecendo valores estadunidenses, por meio de uma produção fordista-keynesiana, em uma estruturação rígida das condições de vida e trabalho, ou seja, da reprodução social (HOBSBAWM, p. 207 e 211), gerando amplas condições de um estado de bem-estar social:

"Tratava-se de um pacto aceitável para todos os lados. Os patrões, que pouco se incomodavam com altos salários num longo *boom* de altos lucros, apreciavam a previsibilidade que tornava mais fácil o planejamento. A mão-de-obra recebia salários que subiam regularmente e benefícios extras, e um Estado previdenciário sempre mais abrangente e generoso. O governo conseguia estabilidade política, partidos comunistas fracos (exceto na Itália) e condições previsíveis para a administração macroeconômica que todos os Estados então praticavam. E as economias dos países capitalistas industrializados se deram esplendidamente bem, no mínimo porque pela primeira vez (fora dos EUA e talvez da Australásia) passava a existir uma economia de consumo de massa com base no pleno emprego e rendas reais em crescimento constante, escorada pela seguridade social, por sua vez paga pelas crescentes rendas públicas. Na verdade, nos eufóricos anos 60 alguns governos incautos chegaram a garantir aos desempregados — poucos então — 80% de seus antigos salários." (HOBSBAWM, p. 221)

Esse processo, criado devido aos avanços sociais na U.R.S.S, fora abalado posteriormente pelo enfraquecimento do modo de produção fordista em detrimento da reestruturação europeia e japonesa, em meio ao acirramento da Guerra Fria (HOBSBAWM, p. 189). Esse quadro capitalista, apesar de sua temporária estabilidade, se confrontava ao paradigma postulado anteriormente, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, que, a partir da derrota do nazi-fascismo, fortaleceu revoluções socialistas por todo o globo, direta ou indiretamente, se postando em uma disputa ideológica do âmbito político e econômico.

O Estado Soviético, entretanto, não manteve seu projeto popular galgado pelos *Soviets*, irrompida a Revolução Russa, mas, sim, se configurou com uma rígida burocracia e profunda hierarquização pública, no processo identificado pelo *socialismo real* (HOBSBAWM, p. 289), em um confronto à hegemonia norte-americana. Apesar dos inúmeros avanços sociais e tecnológicos realizados (HOBSBAWM, p. 297), e os que ainda viriam a ser alcançados, por muitas vezes inéditos, a disputa pautada pela U.R.S.S. se dava como um estado-nação moderno, em um conflito de interesses pela busca de poder e controle, contendo aspectos presentes nos estados liberais, como o burocratismo (HOBSBAWM, p. 298 e 300) e, para além, uma estrutura repressiva, como a polícia (HOBSBAWM, p. 304 e 306).

Dentro dessa disputa que condicionou à Guerra-Fria, se confrontavam dois grandes projetos políticos e ideológicos, o dos E.U.A., enquanto nação capitalista junto aos estados europeus, e o da U.R.S.S., enquanto potência socialista junto aos países do *Pacto de Varsóvia*, traçando uma polarização real, e totalizante, do mundo (HOBSBAWM, p. 178-179 e 184-185). Em síntese, o movimento pós-guerra, de modo geral, e em ambos os lados do globo, se deu com o fortalecimento de uma sociabilidade permeada pelo desenvolvimento técnico e tecnológico, em meio a elevação das burocracias estatais, com forte presença de um capital corporativo, modelando dois grandes expoentes de mundo, dois paradigmas pautados em projetos antagônicos formulando cada qual suas "metanarrativas":

"Em suma, enquanto os EUA se preocupavam com o perigo de uma possível supremacia mundial soviética num dado momento futuro, Moscou se preocupava com a hegemonia de fato dos EUA. [...]. Como a URSS, os EUA eram uma potência representando uma ideologia, que a maioria dos americanos sinceramente acreditava ser o modelo para o mundo. Ao contrário da URSS, os EUA eram uma democracia. É triste, mas deve-se dizer que estes eram provavelmente mais perigosos." (HOBBSAWM, p. 184).

O conflito entre as duas potências, fomentando uma grande tensão representada pela Guerra Fria, opôs projetos díspares com semelhantes finalidades, o controle político-econômico do mundo por meio de formulações ideológicas totalizantes sobre a realidade, demarcando posições modernas acerca de um discurso sobre o mundo. Os valores de liberdade, emancipação, razão, verdade e História estiveram fortalecidos nessa disputa. Porém, a partir de um acirramento desse conflito, da decadência do modelo de produção fordista-keynesiano e de sua contradição, das crises econômicas, e da postura soviética em meio ao burocratismo e à repressão, colocando em xeque o socialismo como expoente à emancipação humana, fazendo surgir uma "crise do marxismo", se pautou, dentro de todo esse contexto, uma "crise da modernidade" (EVANGELISTA, 1992, p. 11).

A situação, porém, que marca a segundo processo, se coloca como crítica aos valores modernos em sua totalidade, desde os parâmetros ideológicos soviéticos até ao projeto iluminista estadunidense, cabendo ao segundo fortes críticas no âmbito arquitetônico, por meio de uma produção racionalizada e mecanicamente organizada. A arquitetura modernista, segundo os críticos, se configuraria como um mecanismo de exclusão social e afastamento sobre os mais diversos segmentos sociais, sendo apontada a necessidade de exaltação da diversidade, do pluralismo, em sua construção (HARVEY, p. 15-17).

Esse movimento de crítica a nova arquitetura modernista, recuperada no pós-guerra enquanto projeto vanguardista, direcionou à uma das iniciais, e mais conhecidas, manifestações pós-modernas, em uma reação aos valores modernos. A partir disso, podemos observar que o surgimento do pós-modernismo se consolidou em uma crítica das condições materiais do espaço urbano modernista, fomentado por um capitalismo burocratizado e corporativista (HARVEY, p. 18). Dessa forma, é essencial olharmos o pós-modernismo enquanto um movimento intelectual, sociocultural, articulado e direcionado pela descrença nos projetos políticos modernos e abalado pela circulação e acumulação do capital, e suas crises, conjuntamente às transformações tecnológicas, a partir da década de 1950.

O objetivo do presente trabalho é a análise e interpretação das condições políticas e econômicas estabelecidas entre as décadas de 1950 e 1970, buscando relacionar essas determinações sociais ao pensamento pós-moderno. A importância dessa pesquisa pode ser estabelecida pelo quadro contemporâneo dicotômico traçado pelo anseio pós-moderno de liberdade individual em meio uma ordem capitalista cada vez mais mediada, relacional e reificada. Nas seções posteriores nos debruçaremos sobre os desdobramentos políticos e econômicos do período datado como base ao pensamento pós-moderno, e quais suas consequências ideológicas em uma construção do conceito de "pós-modernidade".

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. Dimensões políticas

Iniciaremos a seção abordando as condições políticas referentes ao processo de descrença sobre os valores modernos, principalmente o marxismo, sendo essas fundamentais para a compreensão histórica do período de surgimento do pensamento pós-moderno.

Como já dito, o pós-guerra foi marcado por um processo de divisão do globo em duas esferas políticas e ideológicas antagônicas, a U.R.S.S. e os E.U.A. A disputa pelo controle e pela hegemonia do globo, marcando a Guerra Fria, sedimentou métodos equivalentes entre esses projetos contrários, como a edificação de um Estado burocratizado em uma relação hierarquizada do serviço público, bem como o acentuado controle estatal sobre a reprodução da vida social. Essa conjuntura se tornou essencial ao projeto iluminista norte-americano, o qual abordaremos posteriormente, mas, em contraste, na União Soviética, se tornou uma barreira ao projeto emancipatório da Revolução Russa.

A expectativa a partir da Revolução de Outubro seria a explosão cada vez maior de revoluções sobre o globo, com um processo direcionado ao fim das classes, do Estado, e pela emancipação humana, em suma, uma alternativa concreta ao capitalismo (HOBSBAWM, p. 50-52). Porém, com os desdobramentos seguintes, como os resultados ínfimos da Revolução Alemã em 1918-19 (HOBSBAWM, p. 60-61 e 294), a crise de 1929 (HOBSBAWM, p. 87) e a ascensão do nazi-fascismo, o Estado Soviético se tornou mais presente no direcionamento da vida social, centralizando a articulação de base de trabalhadores, se tomando um ponto unilateral da luta contra a hegemonia norte-americana (HOBSBAWM, p. 306).

Essa condição, porém, formulou, a partir de Stalin, um enrijecimento da U.R.S.S., em detrimento do progresso e da emancipação, se fez a burocracia e o autoritarismo, em que as condições de desenvolvimento do marxismo e da crítica socialista se restringiam a um método "vulgar", enquanto economicista, em uma redução determinística das condições de revolução social (EVANGELISTA, 1992, p. 29). O socialismo real, então, passou a representar o "resultado possível" da Revolução Russa, da ideologia marxista e dos valores modernos (HOBSBAWM, p. 289), sendo, então, naturalizado pelos pós-modernos como um simples desdobramento do iluminismo, em sua barbárie premeditada (EAGLETON, 1998, p. 6 e 38). Esse processo foi então caracterizado como uma "crise do marxismo", em que seus valores ideias não se validaram na prática, e, pelo contrário, fundaram um Estado autoritário, repressivo e distante de seu projeto popular, em uma relação com a descrença na modernidade e seus valores (EVANGELISTA, 2007, p. 58).

A visão crítica ao moderno construída junto à "crise do marxismo" se mostrou como uma faceta da condição mais complexa e ampliada da "crise da modernidade", moldada pelo projeto pós-moderno. As descrenças na História, na razão, na emancipação humana e na totalidade, poderiam ser supridas pelas crenças na memória, na irrazão, na libertação individual e na fragmentação da realidade social (EAGLETON, 1998, p. 3), condições teóricas e ideológicas que serão ampliadas no ponto 2.3. Nos cabe apontar, também, para além da "crise do marxismo" enquanto um condicionante ao projeto pós-moderno, alguns mecanismos de sua reação no âmbito cultural e político, que vêm a serem, até mesmo, interligados. Antes de explanar sobre essa reação, abordamos a caracterização de Eagleton:

"A base histórica dessa crença reside na falência temporária dos movimentos políticos concomitantemente de massa, de centro e produtivos; mas tal fato não basta para que uma análise do ponto de vista histórico proceda à generalização que transforma essa crença em doutrina universal. Adotariam essa teoria os que eram jovens demais para lembrar de uma política de massa radical, mas que tiveram suficientes experiências desastrosas e funestas com as maiorias opressivas." (1998, p. 7).

Nesse sentido, surgem movimentos culturais e políticos com base em uma dispersão das condições de opressão, cabendo aos indivíduos uma luta ante seus contornos opressivos particulares, buscando na "micropolítica" (a qual discutiremos de modo crítico na seção 2.3) esse mecanismo:

"Pois num período em que nenhuma ação política de grande projeção se afigura com efeito exequível, em que a assim chamada micropolítica parece a ordem do dia, soa como um alívio converter essa necessidade em virtude — persuadir-se de que as próprias limitações políticas têm, por assim dizer, uma base ontológica sólida, pelo fato de que a totalidade social resume-se afinal a uma quimera." (EAGLETON, p. 11)

De modo central, a partir da fragmentação do trato político, pelo recrudescimento das pautas universais, surgem os movimentos sociais, estratificados em suas pautas identitárias, em crítica à vanguarda e à "limitação" do marxismo em tratar das questões de opressão, como gênero e raça/etnia, tratadas como específicas a cada grupo, retirando de sua discussão as questões de classe, bem como o debate anticapitalista, conferindo à representação da luta o caráter da luta em si, fazendo do sentido atribuído e da "sensação de luta", antes do conteúdo, uma finalidade (EAGLETON, p. 25-26 e 259), assunto que será, também, ampliado no ponto 2.3. A micropolítica, no entanto, também veio como limitação dos próprios pós-modernos diante das problemáticas envolvendo a "crise do marxismo", demonstrando sua crítica superficial enquanto trato da política em condições reais, sem observar, por exemplo, seu conteúdo histórico, se estabelecendo por experiências imediatas, e sensíveis, como pelo

corpo (EAGLETON, p. 57-60), o estabelecendo como uma demanda de libertação, incidindo, entretanto, ao fetichismo, ao incorporar a busca pelo prazer como política. Em suma, sobre a reação pós-moderna é possível apontar:

"A política do pós-modernismo, portanto, significou ao mesmo tempo enriquecimento e evasão. Se eles lançaram questões políticas novas e vitais, isto se dá, em parte, porque bateram em retirada diante de impasses políticos mais antigos — não por eles terem desaparecido ou se solucionado, mas porque por ora se mostravam intratáveis. No início dos anos 70, era comum ver teóricos culturais discutindo o socialismo, os signos linguísticos e a sexualidade; no final dos anos 70 e início dos 80, eles continuavam com a lengalenga sobre signos linguísticos e sexualidade; pelo fim dos anos 80, falavam sobre sexualidade. Não se tratava, vale dizer, de um desvio da política para outra coisa, visto que a linguagem e a sexualidade são políticas até a raiz dos cabelos; mas se revelou, por conta de tudo isso, uma maneira valiosa de deixar para trás algumas questões políticas clássicas, tais como por que a maioria das pessoas não dispõe do suficiente para comer, que acabaram de certa forma escorraçadas da ordem do dia. O feminismo e a etnicidade hoje gozam de popularidade por se fazerem lembrar como algumas das lutas políticas mais vitais que confrontamos na realidade. Essa popularidade também se deve ao fato de não se mostrarem necessariamente anticapitalistas, desse modo combinando bem com uma época pós-radical." (EAGLETON, p. 23).

A Guerra Fria exerceu suas influências sobre a "crise da modernidade" tanto em sua legitimação ideal por fatores complexos em que "congelara a situação internacional, e ao fazer isso estabilizara um estado de coisas essencialmente não fixo e provisório" (HOBSBAWM, p. 198), como a divisão da Alemanha, e na produção bélica (HOBSBAWM, p. 199), que condicionou à interpretação da "sociedade pós-industrial", na disputa pelo controle da informação, e, conseqüentemente, científico e bélico, como em sua demonstração concreta de equívoco da análise pós-moderna, ao ser, em si, um fenômeno histórico que aglutinou, ou suprimiu, partes de diversas divergências políticas em um dos dois grandes lados da disputa política (HOBSBAWM, p. 197-198), apesar de suas frações internas, apresentando que a crítica aos grandes projetos não se sustenta diante da polarização real, mesmo que, nesse movimento de aglutinação ou supressão de outros polos, os pós-modernos tenham se aproximado das disputas geopolíticas locais (HOBSBAWM, p. 198), já englobadas no contexto geral da Guerra Fria, como a Guerra Civil Espanhola, mas que ainda nutriam especificidades que, pela leitura pós-moderna, se baseavam em um identidade local, e como um luta em si, distante dos interesses políticos da polarização já referida, como a independência catalã, que, em realidade, pela sua acentuada condição econômica mais se aproximava de um "egoísmo coletivo" (HOBSBAWM, p. 330).

Acerca das críticas pós-modernas sobre a decadência do socialismo, é necessário reiterar sua particularidade, equivocadamente, ampliada. A generalização das lutas socialistas a partir de uma julgada centralização sobre a União Soviética não observa os conflitos dessa com a China (HOBSBAWM, p. 179-181 e 191-194), e suas discordâncias ante o movimento comunista internacional, além de renegar as influências, tanto de um como outro, sobre os mais variados movimentos tanto de libertação nacional e anticoloniais, que estouraram no pós-guerra, como os de ascensão socialista ao poder (HOBSBAWM, p. 335-336), construindo amplos paradigmas, desde o Vietnã, de Ho Chi Min, até ao Chile, de Salvador Allende. O vislumbre sobre os movimentos identitários, ou até minoritários, como a insatisfação estudantil pela "repressão sexual", que geraria o "Maio de 1968" (HOBSBAWM, p. 259), ofuscaram aos pós-modernos a bestialidade do imperialismo sobre os países periféricos, causada não pela modernidade, e seu "natural rumo à barbárie", mas, sim, por um de seus grandes projetos políticos, e destaquemos, bem real, o capitalismo. Suas condições, crises e transformações são o assunto da próxima seção.

2.2. Dimensões econômicas

A partir de agora analisaremos as circunstâncias econômicas posteriores a recuperação europeia, a estabilidade do capital pelo dólar e ao estabelecimento do Estado de Bem-estar social (*Welfare State*), em meio à acumulação pelo modelo fordista-keynesiano. Doravante essas condições surge o projeto iluminista norte-americano, promovendo-se como vanguarda a partir da arquitetura, em

um processo compartilhado pela Inglaterra, através dos investimentos da reconstrução no pós-guerra (HARVEY, p. 72).

O espaço urbano sendo levado como uma construção rígida, racionalizada e mecânica, em prol dos interesses de uma classe, em uma estratificação social, é abstraído como um ambiente sem um sentido, mas muitos fins, em que as mais diversas histórias e contextos se entrelaçam, dissolvendo todo ordenamento fixado, as hierarquias, e as contradições (HARVEY, 15-17). Tal interpretação da cidade seria vista para além das condições sociais, políticas e econômicas. O que é reforçado nesse imaginário é a cidade como uma construção ampla, não direcionada, e forjada por cada sujeito de acordo com suas particularidades, e interesses, para não se dizer ideias, em sua condição abstrata, não concreta:

"Para começar, o livro [*Soft city*, Raban, 1974] oferece mais que um pequeno conforto aos que temiam que a cidade estivesse sendo devorada pelo totalitarismo dos planejadores, dos burocratas e das elites corporativas. A cidade, insiste Raban, é um lugar demasiado complexo para ser disciplinada dessa forma; labirinto, enciclopédia, empório, teatro, a cidade é lugar em que o fato e a imaginação simplesmente têm de se fundir. Raban também apelou sem reservas a noções de individualismo subjetivo que com frequência eram empurradas para os subterrâneos pela retórica coletivista dos movimentos sociais dos anos 60. Porque a cidade também era um lugar em que as pessoas tinham relativa liberdade para agir como que riam e para se tornar o que queriam. 'A identidade pessoal tinha se tornado suave, fluida, interminavelmente aberta' ao exercício da vontade e da imaginação [...]" (HARVEY, p. 17).

A abordagem realizada por Raban se direciona contra a projeção modernista, formulada dentro da produção fordista-keynesiana pelo capital corporativo, mas trazendo em seu livro, antes que uma crítica ao modernismo, uma evocação da desconstrução pós-moderna, e de seu prelúdio. O que se faz necessário ressaltar em meio a essas formulações culturais/intelectuais são suas mediações materiais, ou seja, as influências do contexto de produção econômica e reprodução social que vieram a proporcionar essas abordagens, tais como o desenvolvimento alcançado pelo Estado de Bem-estar Social, atenuando as mazelas sociais e as contradições entre a burguesia e a classe trabalhadora, interpretado pelo individualismo subjetivo como o esfacelamento da ordem moderna, mas sendo essas condições, ainda sim, forjadas pela classe dominante burocrática e seu projeto vanguardista (HARVEY, p. 71-77).

A forte influência estética, sobre a arte e cultura, do projeto pós-moderno, com sua crítica à visão moderna universalizante, à metafísica e ao processo posterior descrito por Max Weber como "desencantamento do mundo" (HARVEY, p. 19), bem como sua exaltação da particularização do meio social, e da construção desse pelo indivíduo, possuidor de uma autonomia nas suas relações sociais, esteve submetida, entretanto, à uma condição essencialmente dependente de interação social, a mercadoria, fazendo das produções estéticas em massa um ponto de apoio do pós-modernismo como "popularização da arte", mas não em sentido crítico, e sim como reproduções de interesses alienados através da mercantilização (HARVEY, p. 62-65), cada vez "menos massificada", e mais representativa, em contradição:

"A invocação de Jameson nos traz, por fim, à sua ousada tese de que o pós-modernismo não é senão a lógica cultural do capitalismo avançado. Seguindo Mandel (1975), ele alega que passamos para uma nova era a partir do início dos anos 60, quando a produção da cultura 'tornou-se integrada à produção de mercadorias em geral: a frenética urgência de produzir novas ondas de bens com aparência cada vez mais nova (de roupas a aviões), em taxas de transferência cada dez maiores, agora atribui uma função estrutural cada vez mais essencial à inovação e à experimentação estéticas'. As lutas antes travadas exclusivamente na arena da produção se espalharam, em consequência disso, tornando a produção cultural uma arena de implacável conflito social. Essa mudança envolve uma transformação definida nos hábitos e atitudes de consumo, bem como um novo papel para as definições e intervenções estéticas. Enquanto alguns alegam que os movimentos contraculturais dos anos 60 criaram um ambiente de necessidades não atendidas e de desejos reprimidos que a produção cultural popular pós-

modernista penas procurou satisfazer da melhor maneira possível em forma de mercadoria, outros sugerem que o capitalismo, para manter seus mercados, se viu forçado a produzir desejos e, portanto, estimular sensibilidades individuais para criar uma nova estética que superasse e se opusesse às formas tradicionais de alta cultura." (HARVEY, p. 65).

Nesse processo se verifica a reificação presente na sociedade capitalista, a partir do fetichismo da mercadoria sobre o abstrato isolamento dos indivíduos em detrimento de seu reconhecimento enquanto ser social (EVANGELISTA, 2007, p. 67-72; HARVEY, p. 19). Em uma construção imediata e efêmera do real, pela ficção assumindo um papel central, o pós-modernismo se encontra condicionado pelo processo de produção capitalista, pela sua análise superficial em defesa das aparências, da libertação plural pela inserção individual no mercado de consumo (HARVEY, p. 78-80). O esfacelamento das condições sociais proporciona a construção e a uma "relação" autorreferente do indivíduo em seu meio, criando um vácuo preenchido e elaborado pelo capitalismo, não como produção de bens de massa, mas em sua personalização do produto, reforçando o reducionismo da arte em uma obra, dessa à mercadoria, e, por fim, ao consumo (HARVEY, p. 62 e 78-82). Nessas condições, surge o capital simbólico, explanado por David Harvey como:

"Ao explorarem os domínios dos gostos e preferências estéticas diferenciados (fazendo tudo o que podiam para estimular essa tendência), os arquitetos e planejadores urbanos reenfatazaram um forte aspecto da acumulação de capital: a produção e consumo do que Bourdieu (1977; 1984) chama de 'capital simbólico', que pode ser definido como 'o acúmulo de bens de consumo suntuosos que atestam o gosto e a distinção de quem os possui'. Esse capital se transforma, com efeito, em capital-dinheiro, que 'produz seu efeito próprio quando, e somente quando, oculta o fato de se originar em formas 'materiais' de capital'. O fetichismo (a preocupação direta com aparências superficiais que ocultam significados subjacentes) é evidente, mas serve aqui para ocultar deliberadamente, através dos domínios da cultura e do gosto, a base real das distinções econômicas. Como 'os efeitos ideológicos mais bem-sucedidos são os que não têm palavras e não pedem mais do que o silêncio cúmplice', a produção do capital simbólico serve a funções ideológicas porque os mecanismos por meio dos quais ela contribui 'para a reprodução da ordem estabelecida e para a perpetuação da dominação permanecem ocultos'." (2008, p. 80-81).

A partir disso, a representatividade identitária e a libertação individual, ambas pelo consumo, encontram divergências reais sobre a "construção pessoal do mundo", pelos sujeitos, socialmente determinados. Em outras condições, em conotações políticas, essa forma de produção artística promoveu o surgimento de correntes como o expressionismo abstrato, direcionados pela classe dominante estadunidense como mecanismo de influência, e despolitização, as contestações artísticas do polo comunista, como pelo realismo, o construtivismo e o realismo soviético (HARVEY, p. 43), se estabelecendo, indiretamente, como uma legitimação do poder político dominante, o que esclareceremos na próxima seção ao abordarmos as consequências ideológicas do pós-modernismo.

Além desse fortalecimento direto do projeto pós-moderno sobre os âmbitos arquitetônico e estético, há um setor produtivo, com uma maior condição de exploração pela relação capital – trabalho, que proporciona a reconfiguração da mercadoria em uma condição fluida, personalizada e particular: o automobilístico. Tal setor se transformou, principalmente, pela busca japonesa de construir um modelo de produção tão efetivo quanto o fordismo norte-americano, gerando, então, uma nova organização de trabalho na Toyota, ou seja, o *toyotismo*, forjado entre 1950 e 1970.

Aplicadas em um confronto de crescimento econômico diante dos E.U.A. (GOUNET, 1999, p. 25), as condições materiais do Japão direcionaram a aspectos específicos, ao período, de produção, circulação e consumo da mercadoria, tais como, a produção em baixa escala de modelos variados, a supressão da condição de estoque, a organização produtiva voltada pelo consumo, em um aspecto imediatista, sendo antes que uma flexibilização da mercadoria, uma flexibilização da produção (GOUNET, p. 26-29). Em suma, o toyotismo renovou o modelo de produção, a princípio, automobilística pelo *just-in-time*.

O método racionalizado do fordismo, na separação do processo de produção em etapas e da operação exercida pelo trabalhador, é confrontado à produção flexível toyotista, em uma organização industrial fluida com necessidade de grande dinamismo por parte do trabalhador, exercendo mais de uma tarefa, em uma produção mais coletivista. Essa situação sobre o operário, bem como a condição referente à mercadoria, com sua produção variada, em larga diferenciação dos modelos, e em um consumo imediato direcionando a oferta, gerou sobre ambos a situação de descartabilidade (GOUNET 30), em um movimento acompanhado pela desmobilização dos sindicatos (GOUNET, p. 31). Houve um considerável aumento do processo de subcontratação, ou terceirização, sobre uma mão-de-obra polivalente, que pudesse se adequar a qualquer posição fabril, rompendo até mesmo com a ideia de hierarquização, em uma "produção horizontal".

Essa condição de flexibilização sobre a organização promove uma relativização ideal das classes sociais, esfacelando o reconhecimento social dos sujeitos. Esse processo é fortalecido pela mediação da mercadoria, que, em sua condição individualizada, revigora uma construção pessoal, e ideologizada, do consumidor, antes trabalhador, sobre seu contexto. Isso clareia a condição pós-moderna como estritamente ligada ao processo de acumulação do capital, sendo, antes que uma crítica ou um projeto próprio, um reforço ideológico a um dos mais basilares aspectos modernos, a abstração promovida pela mercadoria na sociedade capitalista (HARVEY, p. 99-103). Essa relação entre produção econômica e reprodução ideológica não se configura somente no produto final, a mercadoria, e na esfera do consumo, mas, também, em todo o processo de produção e circulação do capital, então condicionado pela "destruição criativa" (HARVEY, p. 102), em uma alteração das condições de tempo-espço, superando certas limitações, proporcionando bases ideológicas para a desconfiguração dos valores modernos e crítica aos projetos vanguardistas, em meio a deterioração da produção massificada em condições burocratizadas, racionalizadas, ou seja, da crise modelo fordista-keynesiano (GOUNET, p. 33).

O consumo e seus aspectos de libertação autorreferentes se modelam, então, pela aparência de condições profundas e superiores do processo produtivo e sua organização social, atribuindo à mercadoria um sentido personalizado/particularizado, e autônomo, gerando alienação por sua abstração à totalidade produtiva, contribuindo, então, para a manutenção da lógica do capital. A ideologia pós-moderna se constrói pelo mergulho de cabeça na superfície de um raso oceano de mercadorias e propagandas:

"Contudo, na qualidade de produtores de mercadorias em busca de dinheiro, dependemos das necessidades e da capacidade de compra dos outros. Em consequência, os produtores têm um permanente interesse em cultivar 'o excesso e a intemperança' nos outros, em alimentar 'apetites imaginários' a ponto de as ideias sobre o que constitui a necessidade social serem substituídas pela 'fantasia, pelo capricho e pelo impulso'. O produtor capitalista tem cada vez mais 'o papel de alcoviteiro' entre os consumidores e seu sentido de necessidade, excitando neles 'apetites mórbidos, à espreita de cada uma de suas fraquezas-tudo isso para que possa exigir o numerário pelo seu serviço de amor'. O prazer, o lazer, a sedução e a vida erótica são trazidos para o âmbito do poder do dinheiro e da produção de mercadorias. Portanto, o capitalismo 'produz, de um lado, a sofisticação das necessidades e dos seus meios, e, de outro, uma bestial barbarização, uma completa, brutal e abstrata simplificação da necessidade' (Marx, 1964, 148). A propaganda e a comercialização destroem todos os vestígios da produção em suas imagens, reforçando o fetichismo que surge automaticamente no curso da troca no mercado." (HARVEY, p. 99).

As condições marcadas pela já citada deterioração do modelo fordista-keynesiano se edificaram a partir da década de 1960 (HOBBSAWM, p. 223), em um movimento duplo no qual, mesmo em meio a "ressignificação" da mercadoria em uma situação de acumulação, as condições reais de acesso ao consumo e aos serviços estatais de seguridade social eram limitadas e restritas aos países centrais, que, em questão, ainda não se mantiveram ao decorrer do período (HOBBSAWM, p. 221).

A condição objetiva do processo de acúmulo de capital do modelo vigente não se sustentou em meio ao aumento inflacionário, determinado pelas quedas de produtividade e lucratividade, inerentes ao capitalismo, a partir de 1966 (HARVEY, p. 135). O enfraquecimento do Dólar enquanto moeda-reserva

internacional gerou uma dispersão do modelo fordista para além do capitalismo central, onde as condições de produção se tornaram mais baratas, pela ausência da estrutura estatal de seguridade social, gerando a produção de manufaturas na periferia do globo. Em suma, pode-se apontar que o conflito se deu pela ausência de consumo necessário ao investimento de capital fixo disposto nos países centrais, pela configuração de um suporte social sem crescimento econômico. Esse movimento demonstra a contradição entre produção e circulação capitalistas com a manutenção do Estado de Bem-estar Social, e como o primeiro, em detrimento do segundo, busca suas saídas grosseiramente (HARVEY, p. 135-136).

Além da expansão territorial da produção de mercadorias pelo fordismo, uma outra saída apresentada pelo capitalismo, essa nos países centrais, foi a emissão de papel-moeda para além do crescimento real, processo que gerou a inflação apontada anteriormente. Essa situação solapou as ações e os investimentos do mercado imobiliário, resultando em uma dificuldade de manutenção da lógica capitalista pelas instituições financeiras, centradas, a partir da década de 1950, nos Estados Unidos (HARVEY, p. 136). Além disso, a Guerra do Yom Kippur, em uma das áreas mais ricas na extração de petróleo, também surtiu efeitos, com o embargo de exportação para o Ocidente, pelos árabes, paralelamente ao aumento do preço do petróleo pela OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), sacramentando a crise de 1973 (HARVEY, p. 136-137). A partir disso, o processo de deflação expôs as condições mais bruscas do capitalismo, em mudanças acentuadas para superação da recessão. Além das causas já citadas para a crise, mecanismos de produção, como o capital fixo, se tornaram um problema para sua circulação:

"Ao mesmo tempo, as corporações viram-se com muita capacidade excedente inutilizável (principalmente fábricas e equipamentos ociosos) em condições de intensificação da competição (figura 2.7). Isso as obrigou a entrar num período de racionalização, reestruturação e intensificação do controle do trabalho (caso pudessem superar ou cooptar o poder sindical). A mudança tecnológica, a automação, a busca de novas linhas de produto e nichos de mercado, a dispersão geográfica para zonas de controle do trabalho mais fácil, as fusões e medidas para acelerar o tempo de giro do capital passaram ao primeiro plano das estratégias corporativas de sobrevivência em condições gerais de deflação." (HARVEY, p. 137 e 140).

Como solução, além das transferências dos mais amplos setores produtivos para regiões periféricas, a produção *just-in-time*, inovação já realizada em anos anteriores na fábrica da Toyota, se torna dominante e passa a espelhar a nova condição global do acúmulo de capital, gerando o processo denominando "acumulação flexível":

"A *acumulação flexível*, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional." (HARVEY, p. 140).

A nível global, esse processo suprimiu o modelo fordista e impôs um giro de capital estrondoso, em uma flexibilização do trabalho e do consumo, em meio uma mercadoria de aspectos efêmeros, logo solapada (HARVEY, p. 148-149). A instabilidade se tornou um aspecto fundante para as condições de produção material e reprodução da vida social, transferindo às relações sociais, mediadas pela mercadoria, uma fugacidade absurda. A periferização do trabalho foi acompanhada por uma precarização, onde a fluidez da contratação da mão-de-obra, já presenciada no toyotismo, se tornou basilar nos altos níveis de insegurança social. As condições do trabalhador e da mercadoria se mostraram bestialmente nas mesmas instâncias, ambas dispersas e descartáveis em uma incontrolável circulação do capital, e o corporativismo do fordismo-keynesiano foi estrangulado pela desregulamentação das condições de trabalho fornecidas pelos grandes monopólios (HARVEY, p. 141-145).

O crescimento do setor de serviços se fez como base essencial para o giro de produtos, com uma centralidade no processo de conclusão da produção, ou seja, a venda da mercadoria, utilizando-se do desenvolvimento das propagandas, dos meios de transporte e tecnológicos (HARVEY, p. 148). As comunicações cada vez maiores e fluidas auxiliaram uma compressão do tempo-espaço, em um movimento ambíguo, já que em meio ao fortalecimento dos conglomerados financeiros surgia, também, um descontrole dos investimentos, com fluxos cada vez mais amplos (HARVEY, p. 151-52). Esse processo se deu conjuntamente ao surgimento de meios comunicacionais intensos e coordenados, com mercados distintos se interligando e influenciando (HARVEY, p. 152-154).

A manutenção dessa lógica de acumulação só se tornou possível com grande abstração das interferências estatais sobre as ações bancárias autônomas, com uma despreocupação à produção real em um fortalecimento das emissões e circulação de *eurodólar*, potencializando novas crises pela instabilidade de mercado (HARVEY, p. 154-156). Mesmo em meio a essa rejeição das intervenções, a partir da década de 1980, mecanismos de controles estatais são centralizados com objetivo de manutenção mínima da acumulação, como o FMI e o Banco Mundial (HARVEY, p. 159-160). Tais condições marcam o início do neoliberalismo, em uma constante existência à beira da crise, com intervenções mínimas como os reais sustentadores dessa acumulação e exploração viscerais, em países centrais, como E.U.A. e Inglaterra, e periféricos, como o Chile:

"Governos da direita ideológica, comprometidos com uma forma extrema de egoísmo comercial e laissez-faire, chegaram ao poder em vários países por volta de 1980. Entre esses, Reagan e a confiante e temível sra. Thatcher na Grã-Bretanha (1979-90) eram os mais destacados. Para essa nova direita, o capitalismo assistencialista patrocinado pelo Estado das décadas de 1950 e 1960, não mais escorado, desde 1973, pelo sucesso econômico, sempre havia parecido uma subvariedade de socialismo ('a estrada para a servidão', como a chamava o economista e ideólogo Von Hayek) da qual, em sua ótica, a URSS era o lógico produto final."

"Após 1974, os defensores do livre-mercado estavam na ofensiva, embora só viessem a dominar as políticas de governo na década de 1980, a não ser no Chile, onde após a derrubada do governo popular em 1973, uma ditadura militar terrorista permitiu a assessores americanos instalar uma economia de livre mercado irrestrita, demonstrando assim, aliás, que não havia ligação intrínseca entre o livre mercado e a democracia política." (HOBBSAWM, p. 195 e 316).

O que surgiu como um efeito intelectual e cultural em meio a determinados setores produtivos, como a arquitetura, a arte e a automobilística, em uma alteração tanto da mercadoria como, em certas condições, do método de produção, se consolidou a partir da ruína do modelo fordista-keynesiano e a crise de 1973. O pós-modernismo, dessa forma, nasceu e consolidou as bases de seu pensamento fragmentado, particularista, individualizado e efêmero, não só pela superficial inclusão espacial, e "plural", de sujeitos, não mais sociais, em uma ordem ainda contraditória e totalizante, ou pela mercadoria "exclusiva", fomentada pela própria demanda particular do consumidor, mas, também, por uma produção em condições flexíveis, por meio de uma circulação instável, em constante precarização da vida social, em meio uma descartabilidade descomunal de produtos e riquezas, devido a um processo de financeirização das relações econômicas.

A partir desse quadro, analisaremos as consequências ideológicas do pensamento pós-moderno, enquanto teoria social, e sua relação com a ciência e a produção de conhecimento a partir das mudanças materiais apontadas.

2.3. Consequências ideológicas do pensamento pós-moderno

Para discutirmos os efeitos do pós-modernismo enquanto ideológicos, nos cabe o esclarecimento ao conceito de ideologia. Não buscamos a redução desse conceito ao tratado aqui, entendendo suas variantes históricas e o complemento de outras definições ao conceito estabelecido.

Em *Ideologia: Uma introdução* (1997), Terry Eagleton realiza uma ampla abordagem histórica sobre a definição do conceito, a relacionando até mesmo, na contemporaneidade, com o pós-modernismo, e sua negação do conceito de ideologia por obsolescência. Essa noção acompanha outros

valores e/ou conceitos modernos rejeitados pelo pós-modernismo, sendo tais negações ideológicas, pois expressam "ideias falsas que ajudam a legitimar um poder político dominante" e uma "confusão entre realidade linguística e realidade fenomenal" (EAGLETON, 1997, p. 15).

Acerca do primeiro conceito, já discutimos nos pontos 2.1. e 2.2. as dimensões políticas e econômicas contemporâneas que permeiam e fomentam, ainda que indiretamente, o pensamento pós-moderno, que, mesmo diante de certa autonomia, corrobora tais esferas pelas suas influências materiais. Reconhecendo que toda ideia parte de influências sobre o material, há de se destacar que sobre o pós-modernismo é o poder dominante que gera influência, ou seja, o mercado, em sua nova faceta neoliberal, que, sendo revigorado pelas limitações do modelo fordista-keynesiano e do socialismo real, fomenta as ideias de fim dos grandes projetos políticos, das ideologias, e, por conseguinte, da modernidade, elencadas pelo projeto pós-moderno.

Sobre o segundo conceito, que nos cabe maior explanação nessa seção, compreendemos que as ideias pós-modernas surgem de uma interpretação equivocada das reais mudanças contemporâneas. As alterações nos quadros políticos e de produção econômicas afetaram enormemente o modelo de relações sociais até então visto dentro da modernidade, gerando uma noção, superficial, de defasagem dos valores modernos e, ainda mais, de mudança estrutural na sociedade, cabendo agora a noção pós-moderna. A condição ideológica desse pensamento se estabelece como um falseamento da realidade por recursos teóricos, sendo necessário esclarecer que tais recursos não são falsa consciência, já que esses, como ideologia, possuem base nas mudanças reais. Dentro desse ponto, Eagleton esclarece:

"A visão da ideologia como 'falsa consciência' não parece convincente por várias razões. [...]. Crenças profundamente persistentes têm de ser apoiadas, até certo ponto, e ainda que de maneira limitada, pelo mundo que nossa atividade prática nos revela [...]."

"Em resumo, para terem êxito, as ideologias devem ser mais do que ilusões impostas e, a despeito de todas as suas inconsistências, devem comunicar a seus sujeitos uma versão da realidade social que seja real e reconhecível o bastante para não ser peremptoriamente rejeitada. Podem ser, por exemplo, muito verdadeiras no que declaram, mas falsas no que negam [...]." (EAGLETON, 1997, p. 24 e 27).

A segunda colocação se aproxima, ao final, de nosso entendimento do pós-modernismo como ideologia, em sua afirmação das mudanças contemporâneas e sua negação da modernidade, ainda que sendo um reducionismo de sua teoria, a qual abordaremos mais extensamente. Para concluir nosso ponto, buscamos uma síntese, novamente em Eagleton, de definição de ideologia aplicável ao pensamento pós-moderno:

"[...] Há, finalmente, a possibilidade de um sexto significado de ideologia, cuja a ênfase recai em crenças falsas ou ilusórias, considerando-as, porém, oriundas não dos interesses da classe dominante, mas da estrutura material da sociedade como um todo." (EAGLETON, 1997, p. 40).

Esse trecho não anula a primeira significação da ideologia pós-moderna como legitimação de um poder dominante, estabelecido indiretamente, já que o pós-modernismo também representa, diretamente, uma interpretação não verdadeira de fenômenos reais atribuídos a estrutura social, que por sua vez, e nesse caso, direcionada a certos interesses dominantes, corrobora para sua legitimação.

Sendo o pós-modernismo, portanto, uma ideologia, cabe agora explicar os contornos teóricos e intelectuais sob os quais seu conceito se baseia. Tendo como fonte de análise "*A condição pós-moderna*" (2009), de Jean-François Lyotard, buscaremos entender a compreensão do autor sobre as mudanças sociais e tecnológicas contemporâneas, a partir de sua crítica às metanarrativas modernas. Cabe, também, apontar que filósofo francês fez parte, junto a outros autores, de um período no qual a produção de conhecimento se desenvolveu por uma grande midiaticização, principalmente no Brasil, em que a

circulação de informações científicas se desenvolve pelo respaldo dos meios de comunicação², majoritariamente monopolizados³.

O autor inicia sua abordagem definindo o conceito de sociedade pós-moderna em relação a produção do "saber", enquanto "o estado da cultura após as transformações que afetaram as regras dos jogos da ciência, da literatura e das artes a partir do final do século XIX." (LYOTARD, 2009, p. xv). As mudanças são apontadas pelo francês a partir da "crise dos relatos" (LYOTARD, p. xv), ou seja, dos grandes projetos modernos. Tais projetos são legitimados por um contorno metafísico, o tornando um "metadiscorso", ou seja, um discurso totalizante da realidade, que busca, a partir de uma visão ideológica, e, portanto, parcial, compreender o todo social. Nesse processo "decide-se chamar 'moderna' a ciência que a isto se refere para se legitimar." (LYOTARD, p. xv).

A partir dessa ciência enviesada "somos conduzidos a questionar a validade das instituições que regem o vínculo social [...]" (LYOTARD, p. xvi), sendo tal desconfiança admitida como pós-moderna. Esse questionamento passa a ter por base a crise da modernidade e de seus valores, como a metafísica, e a reprodução desses, elencada pelo autor através da educação universitária, sobre a qual ele atribui um sentido crítico⁴. O que se alcança através desse colapso é a dispersão da produção de conhecimento e das verdades científicas, passando então a "nuvens de elementos de linguagem narrativos, mas também denotativos, prescritivos, descritivos etc., cada um veiculando consigo validades pragmáticas *sui generis*" (LYOTARD, p. xvi), com isso, a criação de informações, enquanto resultantes de variáveis múltiplas, inseridas pelos mais abrangentes discursos, vem legitimar-se por si mesma. A verdade passa a se traduzir pelos "jogos de linguagem".

Nesse sentido, porém, Lyotard se atenta para as determinações de um ou outro discurso, sendo reproduzidos diferentemente, por motivos vários, a isso o autor esclarece:

"Não obstante, os decisores tentam gerir estas nuvens de socialidades sobre matrizes de *input/output*, segundo uma lógica que implica a comensurabilidade dos elementos e a determinabilidade do todo. Para eles, nossa vida fica reduzida ao aumento do poder. Sua legitimação em matéria de justiça social e de verdade científica seria a de otimizar as *performances* do sistema, sua eficácia." (LYOTARD, p. xvi).

Esse sistema de *performances* proporcionaria as mais variadas, e eficazes, formulações linguísticas, mantendo a "heterogeneidade dos jogos de linguagem" (LYOTARD, p. xvii), criada pelo dissenso comunicativo.

Posteriormente, o autor busca novamente localizar o período marcado pelas mudanças já citadas, introduzindo, porém, a noção de "sociedade pós-industrial" (LYOTARD, p. 3), estabelecida ao final da década de 1950, mesmo período em que Hobsbawm aponta para o início do fim da "Era de Ouro". Com o conceito estabelecido, Lyotard busca explicar as transformações tecnológicas do período, desde o modo de produção do conhecimento até a circulação de informações, que se constrói por discursos múltiplos, se direcionando a vários receptores. Nesse sentido, o sistema de *performances* selecionaria os componentes traduzíveis do saber, efetivados à reprodução social, e, a partir deles. Dentro desse mecanismo, Lyotard (2009, p. 5) define o sentido de criação, seleção e circulação das informações: "O saber é e será produzido para ser vendido, e ele é e será consumido para ser valorizado numa nova produção: nos dois casos, para ser trocado. Ele deixa de ser para si mesmo seu próprio fim; perde o seu 'valor de uso'."

Dessa forma, o saber se afirma como força produtiva, ou seja, como mecanismo ao desenvolvimento dos países que o controle. Porém, o domínio dos estados sobre o saber se construiu em um meio a um conflito com o mercado, tendo em vista o colapso dos projetos americano e socialista. Considerando a abrangência do mercado capitalista, revigorado diante do espaço deixada pelas metanarrativas, por suas trocas indiferentes aos estados, a possibilidade de domínio desse sobre o saber

² EVANGELISTA, João Emanuel. Teoria social pós-moderna: introdução crítica. Porto Alegre: Sulinas, 2007, p. 18et seq.

³ EVANGELISTA, João Emanuel. Teoria social pós-moderna: introdução crítica. Porto Alegre: Sulinas, 2007, p. 21.

⁴ LYOTARD, Jean-François. A condição pós-moderna. 12. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009, p. xviii.

se amplia, e sua faceta mercadológica se clareia (LYOTARD, p. 6). A produção de conhecimento se transfere ao lucro fornecido pelo saber (2009, p. 7), sendo revertido em poder.

A partir da discussão sobre o saber, Lyotard inicia o debate sobre sua legitimação, apontando para o declínio da metafísica, e do questionamento da ciência moderna como validade universal, e única, pois "o saber científico não é todo o saber; ele sempre teve ligado a seu conceito, em competição com uma outra espécie de saber que, para simplificar, chamaremos de narrativo e que será caracterizado mais adiante" (2009, p. 12). Tal concepção busca relativizar não só os conhecimentos científicos, como a própria noção de verdade e se há alguma, gerando o conceito "pós-verdade". A disputa entre os saberes, anteriormente destacada, e a hegemonização de um sobre o outro, se corrobora pelo processo de legitimação, sendo efetuado pelo discurso, e, mais precisamente, por quem o emite. Nesse caso, a comunidade científica é quem define a verdade.

O processo dos jogos de linguagem se legitima pela relação entre os indivíduos inseridos no diálogo, com regras estabelecidas de modo explícito ou não, sendo cruciais para a elaboração do diálogo, que inexistiria sem elas. Dentro dessa relação, Lyotard esclarece que "todo enunciado deve ser considerado como um 'lance' feito num jogo" (2009, p. 17), cabendo ao jogo variações de acordo com o lance, ou seja, a construção da informação se dá pelos mais amplos enunciados, em um mecanismo que abstrai a condição de autoridade imutável, a colocando em níveis parciais, de acordo com o lance. Ao final, os enunciados vão se produzindo e reproduzindo a partir das combinações dos lances mais efetivos.

A partir das explanações teóricas tanto do funcionalismo positivista como do marxismo, Lyotard estabelece ambas como mecanismos totalizantes, de compreensão social como todo ou unidade (2009, p. 20), construindo sobre essas teorias uma crítica, a partir da alternativa pós-moderna. A estruturação política e econômica galgada pelos grandes relatos, enquanto ultrapassada, deve ser substituída por novos atores sociais, capazes de lidar com as mudanças técnicas, sendo eles "dirigentes de empresas, altos funcionários, dirigentes de grandes órgãos profissionais, sindicais, políticos, confessionais." (2009, p. 27). Essa condição exprime não um isolamento do indivíduo, mas uma complexificação de referências e relações (2009, p. 28), que, entretanto, se encontram atomizadas, afastadas de condições coletivas ou totalizantes (2009, p. 31). O isolamento do indivíduo se dá dentro de sua rede de comunicações cada vez mais extensas e deslocadas.

Essas mudanças tecnológicas, sociais e econômicas revelam um outro saber, já destacado: o saber narrativo. Tal conhecimento, reprimido na disputa junto ao saber científico na contemporaneidade, é recuperado por Lyotard, pois o ponto crucial está no fator de que os saberes não se diferenciam qualitativamente em conteúdo, mas em questão de forma, sendo o saber narrativo ligado aos costumes, e o científico à ciência moderna (2009, p. 37), apontando sobre o primeiro maior profusão de jogos de linguagem: "Os atos de linguagem que são pertinentes para este saber não são portanto efetuados somente pelo interlocutor, mas também pelo ouvinte e ainda pelo terceiro do qual se fala." (2009, p. 39).

Na condição em que o saber científico se estabelece como hegemonia, isso se constitui pelo modo em que em que tal saber é validado, através de argumentações e provas, o que, aplicado da mesma forma sobre o saber narrativo, o desvaloriza. Porém, o saber narrativo é apontado também como passível à legitimação de determinados discursos, mais especificamente, os diálogos. Essa composição narrativa inicia a ciência (2009, p. 53) e se estende a ela pelo relato, fundamental ao estabelecimento do conhecimento científico tido como o verdadeiro.

A partir dessa relação ora conflitante, ora complementar, Lyotard aborda outro fator à legitimação do conhecimento científico, e de sua dominação sobre o narrativo, a partir do consenso gerado, para além, e a partir, do emissor, um cientista, e das argumentações e provas. Tal consenso, aglutinado a todas as parcelas sociais, é corroborado pela aceitação do povo, que vê seu conhecimento tradicional esvaír em prol do científico (2009, p. 55).

Ao referenciar a legitimação do saber por duas condições distintas, uma política e outra filosófica, Lyotard os estabelece como dois grandes discursos, apontando sobre o primeiro o ideal da humanidade como sujeito, e herói, da liberdade, permeando sobre ele a condição do Estado como controlador do saber e guia do progresso (2009, p. 58). O segundo relato, porém, já demarca uma

autonomia do saber e, inicialmente, um descompromisso com o social, buscando a si mesma, o que logo é alterado, a partir do "Espírito" invocado por Humboldt, unindo tarefa científica à referência ético-social (2009, p. 60).

Essa abordagem ressalta os valores mais basilares do pensamento moderno, que desembocaria, a partir da ideia de Espírito, no idealismo alemão. Tal noção sobre a formulação do conhecimento é filosófica, emanando uma visão totalizante sobre as condições de percepção, abstração e apreensão, pela especulação, formando o conceito de universidade até então utilizado. Esse movimento moderno é marcado pela enunciação de um metarrelato, universalizante e transcendental.

Porém, hoje, "o estatuto do saber encontra-se desequilibrado e sua unidade especulativa fragmentada" (2009, p. 63), apontando sobre a falência da autonomia do saber, a crise da modernidade, enquanto o sujeito transcendental cede lugar ao sujeito prático. O conhecimento como grande relato sobre o mundo perde suas referências, em si mesma e com outros valores externos a ela, como razão, História, emancipação e humanidade. O conhecimento especulativo, crítico, perde espaço ao positivo.

Esse processo de decadência do saber moderno, metafísico, já se inicia em fins do século XX, como com a crítica niilista, e posteriormente, a partir da Segunda Guerra Mundial, com o desenvolvimento tecnológico do capitalismo liberal, solapando tanto o mecanismo que o sustentou, o keynesianismo, como o projeto socialista, em síntese, os dois grandes discursos da modernidade. Em bases teóricas, Lyotard, deslegitima o conhecimento moderno tanto por seu viés passível de ideologização (2009, p. 70), como pelo processo de exigência de legitimação (2009, p. 71) que, não estando em si mesma ou em bases formais ou axiomáticas, o deslegitima. Dentro disso, o filósofo afirma a deslegitimação negativa:

"Pode-se retirar desta explosão uma impressão pessimista: ninguém fala todas essas línguas, elas não possuem uma metalíngua-universal, o projeto do sistema-sujeito é um fracasso, o da emancipação nada tem a ver com a ciência, está-se mergulhado no positivismo de tal ou qual conhecimento particular, os sábios tornaram-se cientistas, as reduzidas tarefas de pesquisa tornaram-se tarefas fragmentárias que ninguém domina; e, do seu lado, a filosofia especulativa ou humanista nada mais tem a fazer senão romper com suas funções de legitimação,¹³² o que explica a crise que ela sofre onde ainda pretende assumi-las, ou sua redução ao estudo das lógicas ou das histórias das ideias, quando se conformando com a realidade, renunciou àquelas funções." (2009, p. 73-74).

A partir disso, Lyotard, por fim, ergue as bases da legitimação pós-moderna, substituindo os grandes relatos:

"É com ela que o mundo pós-moderno mantém relação. A própria nostalgia do relato perdido desapareceu para a maioria das pessoas. De forma alguma segue-se a isto que elas estejam destinadas à barbárie. O que as impede disso é que elas sabem que a legitimação não pode vir de outro lugar senão de sua prática de linguagem e de sua interação comunicacional." (2009, p. 74).

Em meio a esse debate no campo da linguagem, Lyotard reafirma não só a interação, o diálogo, como também o método comunicacional, legitimada pelo seu desempenho, que, por sua vez, se efetiva a partir de axiomas criados dentro da lógica científica. Esse respaldo claro ao formalismo se intercala com paradoxos, devido às limitações da lógica formal, que constroem o jogo de linguagens, em sua amplitude de formulações linguísticas a partir dos lances selecionados. Apesar de formal, o sistema de *performance* encontra-se plural, em detrimento da "metalinguagem universal" (2009, p. 79). O pluralismo do movimento se enfraquece quando Lyotard aponta que a produção depende não de "sujeitos autônomos", como para o iluminismo, mas de gastos e despesas, ou seja, riqueza, para a pesquisa, verificação e exposição do resultado. Nesse esquema, Lyotard não ignora que o domínio sobre a produção de conhecimento venha a conter interesses particulares, mais especificamente daqueles com maior poder aquisitivo, tornando a produção de conhecimento, capital, e seu produto, mercadoria:

"Um dispositivo técnico exige um investimento; mas visto que otimiza a *performance* à qual é aplicado, pode assim otimizar a mais-valia que resulta desta melhor *performance*. Basta que esta mais-valia seja realizada, quer dizer, que o produto da

performance seja vendido. E pode-se bloquear o sistema da seguinte maneira: uma parte do produto desta venda é absorvida pelo fundo de pesquisa destinado a melhorar ainda mais a performance. momento preciso que a ciência torna-se uma força de produção, isto é, um momento na circulação do capital." (2009, p. 81).

O controle sobre o saber se exerce não pela verdade, mas pelo poder, e pela legitimidade das ações de quem o controla. Enquanto legitimadora do poder, o saber é disputa, e representa conflito, entre estados e mercados, pelos institutos de pesquisa, centros de produção de conhecimento. Lyotard, posteriormente, discute a reprodução desse conhecimento, pelo ensino, e sua condição pós-moderna:

"A transmissão dos saberes não aparece mais como destinada a formar uma elite capaz de guiar a nação em sua emancipação. Ela fornece ao sistema os jogadores capazes de assegurar convenientemente seu papel junto aos postos pragmáticos de que necessitam as instituições." (2009, p. 89).

Nesse caso, o quadro técnico, da sociedade pós-industrial, supera os burocratas, da modernidade. O desempenho, melhorado pelo sistema de *performances*, visa desenvolver o conhecimento pelo ensino, efetivando melhorias por essa reprodução.

Por fim, Lyotard retoma ao debate sobre a comunicação como troca de informação e saberes, apontando, nessa multiplicidade de referências, a própria capacidade de relativização como forma de englobar distintos enunciados, fornecendo, assim, sentido sobre eles. Esse processo de comunicação abre espaço ao microrrelato, através do qual o discurso cotidiano se estabelece como um "grande discurso", não como um relato sobre o todo, mas como um relato no todo, presente nas interações mais basilares. Nessa condição, o consenso deve ser local, existindo através da seleção dos lances pelo seu desempenho, se tornando, a partir de cada lance, diante do outro, mais ou menos presente, ganhando ou perdendo espaço, mas, de qualquer forma, anulando sua condição de finalidade (2009, p. 118). Diante da limitação do consenso, e com a recuperação da heterogeneidade e do dissenso, Lyotard conclui: "O consenso tornou-se um valor ultrapassado, e suspeito. A justiça, porém, não o é. É preciso então chegar a uma ideia e a uma prática da justiça que não seja relacionada à do consenso." (2009, p. 118).

A partir dessa explanação, buscaremos elucidar, por meio de uma leitura crítica, características e conceitos usados por Lyotard, em sua base pós-moderna, apontando suas limitações e equívocos. Posteriormente, abarcaremos nessas elucidações outras concepções e ideais pós-modernos, relacionando-os a uma condição ideológica marcada pelas mudanças estruturais da contemporaneidade.

Ao longo da sistematizada e bem fundamentada exposição do filósofo francês observamos um conceito central, o de "sociedade pós-industrial", que estabelece uma mudança sobre a forma de poder e o controle sobre o saber, representando uma sociedade munida de um aspecto fortemente tecnológico e pelo consumo de bens de serviço. Partindo da concepção de cultura enquanto uma reprodução intelectual das condições materiais, econômicas e políticas, observamos uma relação entre cultura pós-moderna e sociedade pós-industrial (EVANGELISTA, 2007, p. 104).

Para continuarmos o debate acerca das limitações das postulações de Lyotard, nos cabe um momento de discussão acerca do conceito de sociedade pós-industrial. Entendida como um período histórico de grande força sobre o setor terciário, ou seja, o setor de serviços, a sociedade pós-industrial teria como fonte de produção o "conhecimento teórico" e as "tecnologias intelectuais", enquanto a base política se daria por tecnocratas (EVANGELISTA, 2007, p. 98 e 100), nesse caso, a economia se basearia no controle e troca de informações, tornando conhecimento em mercadoria, a técnica como meio de reprodução, e seu consumo como o fim.

A "sociedade pós-industrial" reacende os dois conceitos de ideologia dispostos ao início da seção. Em relação ao primeiro isso ocorre, pois, ao substituir os traços de disputa política e antagonismo ideológico do processo político por tecnocratas, que visarão uma melhoria unidimensional da sociedade, sem contornos particulares ou parciais, o conceito se aproxima da visão do funcionalismo-positivista, que, em fins do século XIX, apoiava-se nos burocratas como mecanismo de consolidação da sociedade burguesa, em detrimento de vieses ideológicos, cabendo, agora, por uma consolidação do "colapso" dos dois grandes projetos políticos modernos, enaltecendo uma neutralidade pelo mercado, poder dominante. Em relação ao segundo conceito, se estabelece uma observação real das mudanças das forças

produtivas e de sua reprodução social, ao passo que a confusão entre a representação e a realidade se estabelece ao se atribuir a mudanças fenomênicas, como as alterações tecnológicas, o peso de uma mudança estrutural, como o surgimento de um novo modelo socioeconômico, sendo que a lógica de produção e reprodução da dita "sociedade pós-industrial" ainda é referenciada pela lógica do capital, contendo, de modo a diferenciá-la da dita "sociedade industrial", uma terceira revolução industrial, que possui por bases a manutenção e desenvolvimento do capitalismo em sua etapa contemporânea.

A condição de desenvolvimento das forças de produção capitalistas sempre se mantivera ligadas pelo desenvolvimento científico, vide Revolução Industrial, sendo, porém, a partir da década de 1950, uma relação do desenvolvimento do saber direcionado pelo modo de produção capitalista, se tornando, então, mercadoria. Nessa condição, o saber, esvaziado de valor de uso diante da crise dos metarrelatos, encontra-se "livre" para apreensão e controle, como mercadoria. A ciência perde seu valor ulterior, como meio a um fim, em especial, sublime, ou até ideológico, e se postula como um valor de controle sobre algo (EVANGELISTA, 2007, p. 105-106). Porém, a "superação" dos grandes discursos se desdobra com maior peso sobre o conhecimento crítico, como o marxismo, que, ao observar a sociedade como um todo contraditório, não se encaixa no robusto mecanismo de seleção e melhorias do saber pós-moderno, disperso e isento ideologicamente, pronto a uma reprodução automática.

A idealização do saber como um valor límpido a ser melhorado em um sistema próprio, cabendo tanto aos estados como ao mercado uma disputa de seu controle, mas não de seu viés, entretanto, não se coloca como inovadora ao aspecto da sociedade pós-industrial, mas, sim, com suas variações, a uma reafirmação da ciência positiva moderna, baseada no funcionalismo-positivista, de Spencer e Comte (EVANGELISTA, 2007, p. 107). A contradição, aqui, se faz visível, pois a ideia de um sistema científico e tecnológico autorreferente é construída ideologicamente, no caso, reafirmando o primeiro conceito de ideologia abordado na seção, enquanto uma legitimação, ainda que indireta, de um poder político dominante, no século XIX, a burocracia capitalista, e nas décadas de 1960 e 70, o neoliberalismo.

Essa autorreferência também constrói a reprodução e troca de informações, pois nessa condição do saber como mercadoria, ela se adquire, como explanado na seção anterior, a partir dos interesses privados, individuais, que modelam seu acesso a informação, a partir de um contexto "local" de relações e informações. A dispersão científica, em construção dentro dos vários jogos de linguagens, não suprime só os metarrelatos, como o próprio sujeito social, já que sua condição de relação ao contexto é relativizada, onde o sentido e conexão se perdem, entorno de uma negação da ciência como verdade por julgá-la unilateral. Isso retoma não só ao princípio de pós-verdade, como também ao irracionalismo, retirando o valor da razão ao atribuí-la a toda interação social como verdade em si pelos jogos de linguagem (EVANGELISTA, 2007, p. 113-114). Mesmo atribuindo legitimidade à ciência pelo desempenho, recorrendo a razão científica como uma *performance* otimizada, sendo, por isso, reproduzida em maior escala diante dos costumes, por exemplo, Lyotard limita-se a incorporar essa noção à ciência positiva, e sua ode ao racionalismo forma e tecnicista, construído, como já dito, pelo positivismo.

Além da ideologia presente no contexto teórico, no contexto prático, o alto financiamento de pesquisas como fator ao desempenho as mantém refém de interesses particulares, e comerciais, novamente, secundarizando a verdade, em prol de uma pós-verdade. Dessa forma, o saber se reafirma como poder e troca mercantil, não como conhecimento sobre o real. O filósofo francês aponta essas condições de produção e reprodução do saber como necessárias à sua transmissão operacional, omitindo uma rede de complexificações intransigentes em prol de uma informação flexível e pluralista. O conhecimento, não servindo mais a verdade ou a um fim sublime, é reproduzido não pelo seu conteúdo, mas pela simplificação de sua forma (EVANGELISTA, 2007, p. 115), buscando antes de qualidade, efetividade e supressão do tempo no tramitar de informações, excluindo o processo crítico-reflexivo.

Acerca da metodologia científica pós-moderna, podemos apontar a limitação de sua produção pelo embasamento à imaginação, a criação sensível, como mecanismo a formulação de novos lances ao jogo, em uma pesquisa sobre constantes paradoxos, em conformação diante dessa instabilidade. Nesse sentido, a ciência perde seus nexos de construção pelo real, se restringindo a uma construção linguística por enunciados selecionados em um desempenho abstrato, definido em tom imaginativo. Tal condição se aproxima a arte, não só pela sua mercantilização já referenciada na seção anterior, mas pela sua

autoconstrução em configuração estética e formal, buscando estimular sensações, como uma expressão dos sentidos atribuídos a algo, e não como ele em si. A ciência se torna representação. Em síntese, Evangelista conclui a crítica sobre Lyotard com o seguinte trecho:

"Os argumentos apresentados por Lyotard falam por si e possuem a limpidez pedagógica do paradigma pós-moderno. Abundam as evidências do idealismo, do irracionalismo e do caráter apologético do pensamento pós-moderno, que serão de análise e crítica pertinente no próximo capítulo. [...]. Chega a ser impressionante a sua crença quase pueril nas potencialidades democráticas e igualitárias proporcionadas pela revolução informacional nas sociedades capitalistas contemporâneas." (2007, p 118)

A partir dessa leitura crítica sobre o texto de Lyotard, em que traçamos uma compreensão geral do pensamento pós-moderno e de sua condição histórica, abordaremos determinados conceitos substituídos, revistos ou até negados pelo pós-modernismo, tais como História, sujeito e emancipação, verdade e razão, em suma, totalidade/universalidade, entendendo tais categorias em suas dimensões históricas e filosóficas de nascimento junto ao iluminismo, estabelecendo as contradições pós-modernas em meio sua observação do real como:

"[...] contingente, gratuito, diverso, instável, imprevisível, um conjunto de culturas ou interpretações desunificadas gerando um certo grau de ceticismo em relação à objetividade da verdade, da história e das normas, em relação às idiossincrasias e a coerência de identidades." (EAGLETON, 1998, p. 3).

É necessário captar a crítica pós-moderna como uma desconexão à mudança totalizante da realidade social, se exprimindo de modo efêmero, pontual e superficial, em uma ode à subversão e ao pluralismo como fins em si, independentemente de como isso se estabelece na sociedade capitalista, e de como tal sistema se apropria dessas demandas vazias, através, por exemplo, do consumo (EAGLETON, 1998, p. 9-11). As categorias repudiadas o são, em base, pelo repúdio sobre a ideia de totalidade, enquanto relação de causa e efeito, consequência histórica e contexto social, compreendida pelo pós-modernismo como "homogeneidade", identificando, dentro disso, uma breve contradição, pois, ao negar a existência real da totalidade, o pós-modernismo ignora que sua condição, enquanto projeto, é estabelecida como uma generalização teórica a todos os indivíduos.

O conceito de História, negado pelo pós-modernismo, é reduzido à definição "de que existe uma entidade chamada História, dotada de propósito e sentido imanescentes, que se vai desdobrando furtivamente à nossa volta até quando falamos" (EAGLETON, p. 27), marcando uma autonomia e independência dos processos históricos, os colocando, por vezes, como continuidades diretas de ações distintas e distantes, como o romantismo alemão em relação ao nazismo (EAGLETON, p. 28 e 30), ou simples discurso sobre progresso (EAGLETON, p. 30). O pós-modernismo, entretanto, se aproxima do processo de "historicização", como uma relativização das condições históricas, abrindo espaços a contradições, dentre as quais expõe Eagleton:

"Mas existem outros sentidos em que deveríamos olhar com certo ceticismo as pretensões do pós-modernismo de historicizar. Primeiro, ele às vezes se vê tentado a contar uma fábula do assim chamado "sujeito unificado" que soa extremamente não-histórica — que, na verdade, se parece demais com as grandes narrativas que ele repudia. [...] Uma vez que se trata em essência de uma categoria metafísica, ele realmente não pode ter história alguma. A história, segundo essa teoria, se torna uma repetição eterna dos mesmos erros, que — caricaturando um pouco o exemplo — foram enfim corrigidos de modo triunfal quando da entrada em cena tardia de Jacques Derrida, que deitou abaixo uma série de disparates que remontavam a Platão, no mínimo, e provavelmente (se não) a Adão. Como assinalou Peter Osborne, 'a narrativa da morte da metanarrativa é em si mais grandiosa que a maioria das narrativas que ela consagraria ao esquecimento'." (EAGLETON, p. 30).

A negação da História se estabelece como uma negação sobre o historicismo, em uma condição simplista, o apontando como determinações inflexíveis, permeadas pelas grandes narrativas, ofuscando a subversão e o pluralismo como mecanismos de pulverização da relação causa – efeito. Em face a isso, Eagleton (1998) esclarece que as determinações sobre algo se formam através de crenças e interesses

parciais, estabelecidos não pela "teleologia da História", mas pelos sujeitos sociais, que, por sua vez, ao analisarem as determinações de uma época, o fazem através de crenças e interesses:

"De todo modo, reza a teoria, não conseguimos dominar nossas crenças ou interesses examinando seus determinantes históricos, uma vez que, em um círculo vicioso epistemológico, são justamente nossos interesses e crenças que vão determinar aquilo que consideramos determinantes. Com efeito, não conseguimos ter uma ideia crítica clara dessas coisas, assim como não conseguimos vencer na vida sem qualquer tipo de ajuda, ver a nós mesmos enquanto vemos algo ou exercer o domínio interno do nosso corpo. A racionalidade que serviria para avaliar nossas crenças de fora só opera dentro dessas crenças, é em si um produto delas, e portanto um julgamento corrupto e parcial até não poder mais." (EAGLETON, p. 31).

Ofuscar ou até abstrair certas condições e contextos determinantes para a formação histórica dos sujeitos é renegar as existências desses e sua essência, ou seja, não somente como resultados de processos históricos, mas também como sujeitos influenciados em uma totalidade que, por condições particulares, reproduzem certos valores como futuras causas históricas. As determinações históricas retiram a autonomia do sentido ou da representação pós-moderna, e a incorporam aos sujeitos sociais, que abordaremos com maior atenção posteriormente. Nesse caso, outra contradição vem à tona pois a "suposição de que qualquer crítica de interesses precisa ela mesma ser desinteressada mostra como o pós-modernismo ainda está comprometido com seus ancestrais metafísicos." (EAGLETON, p. 31), nessa condição, o sujeito transcendental do iluminismo parece não haver esvaído.

Retomando a crítica pós-moderna da ideia de História como teleologia, possuindo mecanismos autossuficientes de uma lógica própria, observamos, como aponta Eagleton, essa generalização por parte da rejeição pós-moderna ao iluminismo e seus efeitos "inevitáveis", como o Holocausto, colocando a modernidade fadada à barbárie (1998, p. 38), se contradizendo não somente nesse aspecto, mas também por evitar uma historicização, fundamental, nesse caso.

O recurso pós-moderno, então, a partir da negação da História, é exaltar a *história*, que até poderíamos colocar como histórias, a partir de uma noção de "mutabilidade constante, exuberantemente múltipla e aberta, uma série de conjunturas ou descontinuidades que só uma violência teórica poderia forçar à unidade de uma narrativa única." (EAGLETON, p. 38). Dentro dessa visão de história, perde-se a noção de continuidade, que não é, em si, contrário à ideia de mudança, retirando das causas históricas seus efeitos variantes e particulares a partir dos mais distintos contextos sobre as quais atuam, seja uma transformação ou um acirramento da estrutura presente. Os múltiplos desdobramentos dos acontecimentos históricos só vêm, então, a se validar de modo "unidimensional" e "imediatos", ou seja, somente como mudança sobre o contexto diretamente inserido (EAGLETON, p. 40). Por fim, acerca da negação da História pelos pós-modernismo podemos reiterar:

"Ver aquela história como contraditória significa derrubar o mito de que os marxistas são devotos simplórios do progresso, falácia que parece ter-se alojado obstinadamente na mente de alguns pós-modernistas. Equivoca-se quem considera progressistas todas as grandes narrativas: Schopenhauer, talvez o mais sombrio filósofo que já existiu, certamente se sentiu arrebatado por uma. Mas contestar que a História é progressiva não significa, evidentemente, afirmar que nunca há progresso algum — uma crença demasiado implausível que o pós-modernismo, no auge de seu cinismo, ainda assim parece acalentar." (EAGLETON, p. 45).

Outro conceito a ser "desconstruído" pelos pós-modernos é o conceito de "sujeito social", em que sua condição, antes estabelecida pelo contexto e pelas relações sociais gerais, passa a se descentralizar em um pluralismo de referências criadas pelo indivíduo, em detrimento da complexidade do sujeito social. Esse sujeito social, referenciado pelo contexto histórico e espacial, ao ser fragmentado, fragmenta sua condição totalizante, em nova crítica pós-moderna sobre a universalidade. O que emerge nessa fragmentação pelo pluralismo são as identidades e uma micropolítica, até mesmo pelas lutas identitárias (EAGLETON, p. 11).

A problemática que se pode apontar, inicialmente, se estabelece em dois momentos, no primeiro, em que o indivíduo, não mais referenciado pela totalidade, alcança autonomia em suas próprias

demandas pessoais, reconhecendo seus interesses não como produto de uma realidade social, mas como condições ideais de autossuficiência, sem se tornar suficiente em relação a algo externo (EAGLETON, p. 12 e 70); no segundo, em que a emancipação do indivíduo é fragmentada pelas suas próprias experiências, sendo mais direcionada às demandas biológicas, naturais, como gênero e raça/etnia, por muitas vezes, sem relação com a condição de classe, que submete homens e mulheres, brancos e negros (EAGLETON, p. 21-23), além de se limitar a libertação como algo individual, específico a como cada sujeito a "trata" e a "sente", em que o sentido, o discurso e a representação substituem a consciência, a realidade e a emancipação universal (EAGLETON, p. 17-18). Acerca da libertação pós-moderna, podemos ainda apontar:

"Poderiam, em outras palavras, vir a projetar utopia no que realmente possuímos, encontrando, digamos, nas adaptações e transgressões da ordem capitalista, no hedonismo e nas pluralidades do mercado, na circulação de forças na mídia e na *disco music*, uma liberdade e realização que os nossos políticos mais puritanos ainda adiam implacavelmente para algum futuro que recua cada vez mais." (EAGLETON, p. 18).

Nesse movimento plural, a micropolítica retira de seu âmbito os grandes debates políticos, os tratando enquanto unilaterais e ideológicos, em um movimento que acompanha sua crítica à modernidade, mas que, ao tratar de questões minoritárias isoladas, enquanto identidades deslocadas que se libertam em si e por si, o pós-modernismo se supõe, em sua superficialidade, subversivo, sem abranger uma crítica sobre o capitalismo, e, pelo contrário, alcançando certos modos de "reconhecimento" das identidades pelo consumo que lhe cabe (EAGLETON, p. 70). Se reconhecer em uma condição geral se volta limitadamente enquanto consumo de modo individual, onde o sujeito autônomo, criativo, do iluminismo cede espaço ao sujeito consumista, alienado, pós-moderno (EAGLETON, p. 23 e 70). Dentro disso, o pós-modernismo estabelece críticas vazias a qualquer oposição que venha a tocar os conceitos abstratos como "liberdade":

"Parte do pós-modernismo radical tende a mostrar-se pluralista em relação à oposição política, mas monística em relação ao sistema que confronta. Como vimos, essa linha de pensamento às vezes interpreta o próprio sistema dominante como apenas 'opressivo', e procura valorizar o que ele desativou. Nesse sentido, sua política consiste num exemplo clássico do pensamento binário que, do contrário, ela julgaria digna de reprovação. Ela assume essa visão simplista do poder dominante em parte porque, como vimos, flerta com a crença libertária ingênua de que poder, sistema, lei, consenso, normatividade são por si sós inequivocamente negativos." (EAGLETON, p. 46).

Desse modo, o pós-modernismo se foca sobre as condições formais de poder, sem estabelecer distinções conteudistas entre eles, seja um governo burguês ou um governo socialista, enquanto poder, são negativos. Nesse sentido superficial, "classe" é inserida, de certo modo, na mesma condição de gênero e raça/etnia, ao passo que tal aproximação contém equívocos:

"A lógica desse encadeamento triplo é por certo evidente: o racismo é ruim, o sexismo idem, e por isso também o é algo chamado 'classismo'. 'Classismo', nessa analogia, pareceria representar o pecado de estereotipar as pessoas com base em sua classe social, que, levado ao pé da letra, significaria que era politicamente incorreto definir Donald Trump como sendo um capitalista." (EAGLETON, p. 46).

Os pós-modernos buscam, então, equivaler as opressões por condições biológicas ao processo de exploração entre classes sociais, o que não se valida, pois, a construção da exploração social se dá pela contradição de classes, o que só pode ser superado pelo fim das classes e a emancipação humana. As mulheres e os negros, por exemplo, podem ser libertar sem o fim dos homens e dos brancos, mas, necessariamente, com o fim de opressões perpetuadas por esses segmentos e englobadas, hoje, pelo capitalismo, as tornando uma luta política. Essa incompreensão pós-moderna se aproxima à incompreensão do desenvolvimento histórico, já que, para Marx, é a contradição de classes que gera efeitos à História (EAGLETON, p. 48). Acerca dessa confusão, Eagleton conclui:

"É essa perspectiva histórica que distingue o marxismo daquelas críticas de classe que só prestam atenção nos seus efeitos mais opressivos no presente. O marxismo

não é apenas uma maneira imponente de achar odioso ou 'privilegiado' que algumas pessoas pertençam a uma classe social e algumas a outra, como se pode considerar objetável que uns freqüentem coquetéis enquanto outros têm de se contentar com uma lata de cerveja na geladeira. O marxismo é uma teoria do papel desempenhado pelo conflito entre as classes sociais num processo muito mais amplo de mudança histórica, ou não é nada. E, segundo essa teoria, não se pode dizer que a classe social seja indiscutivelmente um coisa ruim, e por isso ser confundida com o racismo e o sexismo. Só um esquecimento pós-modernista do caráter multifacetado da história poderia permitir uma manobra dessas." (EAGLETON, p. 48).

Por fim, abordaremos a condição de verdade, e sua superação para o pós-modernismo, a partir da qual podemos pensar a razão, a essência e o universalismo. Podemos estabelecer a crítica pós-moderna sobre a noção de verdade a partir de sua sublimação acerca do pluralismo, dos discursos e sentidos vários, pelas representações e pelas autorreferências que marcam a realidade de cada indivíduo, sendo, então, a ideia de verdade julgada como uma maneira de fomentar a ordem e o controle social (EAGLETON, p. 35), corroborando na ideia de "pós-verdade", como superação das determinações em prol do pluralismo aparente.

Com efeito, tal negação aponta para a deslegitimação dos conceitos de razão, essencialismo e universalidade, apontando determinada carga de "irrazão", particularismo, relativismo e idealismo à crítica e proposta pós-moderna. A sublimação do irracionalismo se encontra para além da noção da ausência de causas sobre os acontecimentos históricos, e da negação desses como futuras causas, se aproximando, também, como interpretações fragmentadas de uma realidade relativizada pelos indivíduos, em uma construção do real não paradigmática, sendo tal condição de centralidade das relações sociais, como, por exemplo, o modo de produção capitalista, "ultrapassada" (EVANGELISTA, 1992, p. 31), sendo, por meio disso, invalidada a ideia de verdade.

Dentro do essencialismo e da universalidade, além do apego ao fragmentário, ao efêmero, ao fugaz e ao imediato, bem como da elevação do particularismo e relativismo, podemos apontar as críticas pós-modernas sobre esses conceitos como parciais a partir de Eagleton:

"O essencialismo é, na sua forma mais inócua, a doutrina que reza que as coisas se compõem de certas propriedades, e que algumas delas realmente as integram, de tal forma que se se removesse ou transformasse radicalmente essas propriedades, a coisa passaria então a ser outra coisa qualquer, ou coisa nenhuma. Dito dessa forma, a doutrina do essencialismo mostra-se de uma verdade trivial, evidente por si só, e fica difícil entender por que alguém haveria de querer negá-la. Ela não tem, dada a sua condição, implicações políticas muito diretas, boas ou más. Considerando o grande entusiasmo dos pós-modernistas pela particularidade sensível, de certa forma surpreende sua aversão a essa crença na quididade específica de uma coisa. Há uma versão mais inflexível da doutrina, que sustenta que existem propriedades essenciais, ou agrupamentos de propriedades, presentes, necessariamente, só naquelas coisas que têm o nome comum." (EAGLETON, p. 77).

Essa leitura parcial do essencialismo, como conceituação de todas as propriedades de certa coisa enquanto essenciais, se mostra inválida ao não observar que condições centrais sobre determinadas coisas não são todas suas propriedades, cabendo ainda esclarecer que a defesa por sobre uma noção essencialista não reduz os questionamentos sobre suas causas e efeitos, nem se as propriedades elencadas são, em realidade, essenciais, mas se respalda como uma centralização de características, conceitos ou referências sobre algo que o dá corpo e o define, se aproximando da noção de verdade. Em uma concisa oposição ao antiessencialismo pós-moderno, enquanto relativismo sobre às causas e efeitos centrais de determinada coisa, Eagleton aponta:

"Não podemos alijar o essencialismo porque precisamos saber, entre outras coisas, que necessidades são essenciais para a humanidade e quais não são. Necessidades essenciais para nossa sobrevivência e bem-estar, como alimentar-nos, aquecer-nos, desfrutar a companhia dos outros e um mínimo de integridade física, podem então tornar-se um critério político: podemos desafiar qualquer ordem social que negue essas necessidades com a justificativa de ela estar negando nossa humanidade, e

esse argumento contra ela costuma ser mais forte que o fato de ela escarnecer de nossas convenções culturais." (EAGLETON, p. 82).

Acerca da crítica sobre as condições universais, diversos apontamentos, direta ou indiretamente, já foram realizados, cabendo agora uma discussão da negação do universalismo em si, a partir da exaltação do particularismo, da mesma forma que anulando as grandes narrativas como formas totalizantes de interpretar e atuar no mundo, buscando relativizar as condições gerais em prol de aspectos minoritários e/ou locais, onde o contexto gera a inclinação às ações, em negação, por exemplo, da noção ética:

"Um tipo de cético pós-moderno da universalidade acredita, ao estilo culturalista, que os valores morais só fazem parte das nossas tradições locais contingentes e não possuem mais força que isso. Um exemplo egrégio desse caso é o filósofo americano Richard Rorty, que, num ensaio intitulado 'Solidariedade', argumenta que aqueles que ajudaram os judeus na última guerra mundial provavelmente o fizeram menos porque os viram como seres humanos seus pares, mas porque pertenciam à mesma cidade, profissão ou outro agrupamento social que eles mesmos. E ele vai mais adiante para perguntar-se por que os liberais americanos modernos deveriam ajudar os negros americanos oprimidos. 'Nós dizemos que essas pessoas precisam ser ajudadas porque são nossos companheiros seres humanos? Podemos, porém, é muito mais convincente, tanto em termos morais como políticos, descrevê-los como nossos companheiros americanos — insistir que é ultrajante que um americano viva sem esperança.' A moralidade, em resumo, não passa de uma espécie de patriotismo." (EAGLETON, p. 89).

A crítica acerca da negação do universalismo pelo pluralismo pós-moderno, como exaltação da diferença, e a explanação em defesa dessa noção de totalidade podem ser expressas por Terry Eagleton nos seguintes trechos:

"Ao contrário da ética da compaixão, da solidariedade, da bondade, da cooperação mútua, essa cultuação da diferença como fim em si mesma se desmascara e se mostra deveras parcial e empobrecida. As diferenças não podem florescer enquanto homens e mulheres definham sob formas de exploração; e combater com eficácia essas formas implica ideias de humanidade que são necessariamente universais."

"A universalidade não se resume a uma ilusão ideológica. Ao contrário, representa a única característica mais palpável de nosso mundo político. Não se trata apenas de uma ideia que podemos escolher ou combater quando você se sente de repente impelido para a teoria, mas da estrutura da própria realidade global. Como escreve Justin Rosenberg: 'Pelo fim do século XX ... a obstinação fica patente em todo aquele que tenta negar a necessidade de explicação histórica, sistemática, de grande alcance. Pois essa foi uma era de guerras globais, de conflitos ideológicos sobrepostos a um sistema de Estado global, de ascensões e quedas repentinas com impacto mundial e de desafios (ecológicos e políticos) que agora confrontam a raça humana inteira.' Precisamos perguntar-nos por que então, justo no momento histórico em que esse sistema estava se tornado mais 'total' que nunca, alguns intelectuais radicais começaram a denunciar toda a noção de totalidade como um sonho ruim." (EAGLETON, p. 93 e 99).

Ao final dessa seção, voltamos brevemente à discussão da crise da modernidade e de seus projetos políticos de vanguarda, em face às críticas pós-modernas que os renega, sendo possível apontar que a rejeição sobre todo um período histórico é a síntese mais profunda de uma noção superficial sobre as condições gerais e o contexto espaço – tempo, recorrendo ao imediatismo crítico como resposta aos problemas políticos, econômicos e culturais surgidos ao longo da contemporaneidade, gerando uma vacilação teórica vigorosamente abordada pelo filósofo inglês:

"Talvez os pós-modernistas temam que uma atenção para as grandes narrativas vá reduzir todas as pequenas narrativas a meros efeitos delas; mas é difícil ver que o *Brumário* ["O 18 de Brumário de Luís Bonaparte", Karl Marx] simplesmente "expulsa" o estado da luta de classes francesa da natureza da produção capitalista em geral. Para Marx, pelo menos, o objetivo da análise não era o geral, mas o concreto; ele

apenas reconhecia, junto com Hegel e qualquer pensador sério, a impossibilidade de construir o concreto sem categorias gerais. Os devotos do particularismo deviam tentar passar sem elas por um tempo, experimento que precisaria incluir nunca abrirem a boca." (EAGLETON, p. 41-42).

3. CONCLUSÃO

Ao final do presente artigo, concluímos que as mudanças ocorridas a partir da década de 1950, com a "ascensão" e "decadência" de dois grandes projetos políticos, com o desenvolvimento tecnológico, com as transformações produtivas no capitalismo, com a radical transformação do setor de serviços em mercadoria, e com as crises e suas saídas, não resultam em uma nova estrutura social, negando a condição de uma "pós-modernidade", afirmando tal traço como um comportamento ideológico de sublimação dos fenômenos históricos, que, ao levarem o capitalismo contemporâneo à sua Terceira Revolução Industrial, identificam um propósito diferente na sociedade, em Lyotard, por exemplo, o "controle do saber".

Essa diferenciação, entretanto, nega a condição de "controle do saber" como fenomênica, não observando sua função de mediação ao controle do modo de produção econômica e reprodução social, como um meio a fins reconhecidamente modernos, sendo, porém, dicotômicos, ou pela manutenção da lógica capitalista ou pela supressão de tal modelo em busca da emancipação humana. Além disso, podemos apontar como o pós-modernismo está inserido numa lógica dominante.

Ao tratar seu apelo intelectual, teórico e cultural como "subversivo", enquanto uma "libertação" fora dos grandes projetos políticos, das discussões totalizantes, ou seja, das condições de classes, o pós-modernismo legitima toda e qualquer forma de "reconhecimento", como pelo consumo, sem que o indivíduo contextualize essa condição, pensando de quem compra, quem efetivamente produz a mercadoria, o acesso das pessoas à essa mercadoria, e como aquele produto não possui condições de libertação das opressões, sendo, antes, um mecanismo de alienação pelo fetiche produzido, pela expectativa de emancipação humana referida sobre um objeto, enquanto uma representação que emite uma sensação, colocando esse aspecto limitado por cima de toda a realidade social que o envolve.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

EAGLETON, Terry. O que é Ideologia?. In: **Ideologia: Uma introdução**. São Paulo Boitempo, 1997. p. 15-40. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/285942/mod_resource/content/1/Aula%202.pdf> Acesso em: 31 de maio de 2018.

_____. **As Ilusões do Pós-Modernismo**. (versão digital) Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. 106p.

EVANGELISTA, João Emanuel. **Crise do Marxismo e Irracionalismo pós-moderno**. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. **Teoria social pós-moderna: introdução crítica**. Porto Alegre: Sulina, 2007.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel**. São Paulo: Boitempo, 1999.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna: Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural**. 17. ed. São Paulo: Loyola, 2008.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4071685/mod_resource/content/1/Era%20dos%20Extremos%20%281914-1991%29%20-%20Eric%20J.%20Hobsbawm.pdf> Acesso em: 31 de maio de 2018.

LYOTARD, Jean-François. **A Condição Pós-Moderna**. 12. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.